

PSDB afirma que projeto superestimou a receita

por Liliana Lavoratti
de Brasília

O orçamento de 1992 continuará com muitas despesas previstas e que, no entanto, não serão realizadas por falta de recursos. Motivo: o governo superestimou em cerca de US\$ 10,54 bilhões a receita no projeto de lei que o Congresso Nacional começa a modificar com cerca de 75 mil emendas apresentadas. O bloqueio de verbas será ainda mais necessário no próximo ano porque alguns gastos, como os relativos aos benefícios da Previdência Social, foram subestimados.

A constatação é do PSDB, ao analisar ontem a proposta do Executivo. O vice-líder do partido na Câmara, deputado Paulo Hartung (ES), prevê que, excluídos os projetos prioritários do presidente Fernando Collor de Mello — os CIAC e a usina hidrelétrica de Xingó —, serão descontingenciados, em média, não mais que 40% do valor das dotações orçamentárias.

"Os recursos do Tesouro alocados para investimentos são praticamente fictícios, combinam artifícios que vão da superestimativa de receitas à subestimação de despesas", afirmou Hartung.

Em sua opinião, é remota a possibilidade de o governo incorporar à receita total de US\$ 145,36 bilhões os US\$ 10,54 bilhões captados por meio de esforço de arrecadação, mediante a cobrança da dívida ativa da União do combate aos sonegadores de impostos. O parlamentar soma a isso o achatamento

de 22% nas dotações relativas aos benefícios da Previdência Social. Os estudos do PSDB indicam que a subestimativa para com os gastos da Previdência pode chegar a US\$ 2 bilhões.

Outra superestimativa de receita, segundo o documento elaborado pelo PSDB, ocorreu no imposto de importação sobre petróleo bruto. De acordo com a mensagem presidencial enviada ao Legislativo, a partir de dezembro deste ano e no decorrer de 1992, vigorará uma alíquota de 19%, que proporcionaria uma arrecadação de US\$ 798 milhões, programada para atender gastos com educação e com a manutenção da malha rodoviária federal. Entretanto, Hartung defende que, sem a redução da importação ou do consumo nacional e mantida a mesma alíquota, em 1992, essa receita não ultrapassará US\$ 584 milhões. "Apenas o aumento da importação, do preço internacional do petróleo ou da alíquota para 26% permitiria gerar os valores previstos no orçamento", explicou.

O estudo do PSDB mostra que, em relação à lei aprovada para este ano, há um achatamento de 19,3% nos gastos com pessoal e encargos sociais. Por outro lado, há um grande crescimento, no orçamento fiscal, das despesas com amortização, juros e encargos da dívida, "em razão do retorno do montante consignado para o serviço da dívida mobiliária a patamar normal". Em 1991, argumentam os tucanos, essas dotações foram baixas por causa dos efeitos do "confisco" do Plano Collor. I.